

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

1

TRABALHO E LIBERDADE EM MÉSZÁROS

Caio Antunes

Resumo

O objetivo deste artigo é traçar algumas linhas fundamentais acerca da relação ontológica que se estabelece entre as categorias *trabalho* e *liberdade* na obra de István Mészáros. A partir das formulações teóricas seminais de Marx e Lukács, Mészáros aponta os mecanismos por meio dos quais uma parte *específica* da natureza torna-se, por meio do *trabalho*, um novo tipo de ser: o *ser humano*. Ou seja, o ser tornado humano empreende uma *transformação da e na natureza*, com a finalidade de adaptá-la às suas necessidades *humanas*. São discutidas em seguida as formas por meio das quais o trabalho, a *atividade vital* do ser humano, torna possível o próprio movimento no interior do qual este novo tipo de ser se torna *cada vez mais humano*, empreendendo, pelo conjunto dos trabalhos socialmente realizados e acumulados, transformações cada vez mais complexas, mais humanas, na natureza. Daí tem-se que o trabalho se converte na *base* a partir da qual toda a *práxis* social se pode erigir. Assim, a noção de liberdade *humana* têm seu ponto de partida e de chegada exatamente no *trabalho* – o que não é outra coisa senão afirmar que a *liberdade* humana coincide ontologicamente com a *atividade vital* do ser humano, isto é, não é a negação da necessidade humana de trabalhar, derivada de sua condição natural (como uma parte específica da natureza), mas, ao contrário disso, é a *afirmação* do trabalho como primeira necessidade vital do ser social.

Palavras-chave: trabalho; ontologia; liberdade.

LABOUR AND FREEDOM IN MÉSZÁROS

Abstract

The objective of this article is to draw some of the outlines of the ontological relation that takes place between the categories *labour* and *freedom* in István Mészáros' work. Departing from Marx and Lukács' seminal formulations, Mészáros points out the mechanisms through which a *specific* part of nature becomes, though *labour*, a new type of being: the *human being*. That is, the being made human undertakes a *transformation of and on nature*, aiming to adapt it to *human* needs. Then are discussed the forms through which labour, human being's *vital activity*, makes possible the very movement in which this new type of being becomes *more and more human*, undertaking, through the conjunction of the labour processes socially accomplished and related, transformations more and more complexes, more human, on nature. Hence, labour converts itself on the *basis* from which all the social *praxis* can emerge. Therefore, the notion of human *freedom* has its departure and arrival point exactly in *labour* –

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

2

what is no different than affirming that human *freedom* ontologically coincides with human being's *vital activity*, that is, it is not the negation of the human need of working, derived of its natural condition (as a specific part of nature) – but, on the contrary, it is the *affirmation* of labour as life's prime need of the social being.

Keywords: labour; ontology; freedom.

INTRODUÇÃO

Tomemos, para início, aquela notória passagem marxiana segundo a qual “o primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX e ENGELS, 2007, p.87).

Para além do que esta afirmação tem de imediatamente óbvio, há algo que (muito embora também óbvio) carece ser explicitado: se para que haja *história* humana é necessário que haja *vida* humana – ou “indivíduos humanos vivos” –, esta *vida humana* precisa ser, dia após dia, mantida, pois “desde que apareceu neste planeta, tem o homem de consumir todos os dias, antes de produzir e durante a produção” (MARX, 1971a, p.189).

Deste modo, temos que o ser humano é “um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras” (MÉSZÁROS, 2006, p.79) e que, exatamente por conta disto, “precisa *produzir* a fim de manter-se, a fim de satisfazer essas necessidades” (MÉSZÁROS, 2006, p.79); ou, que “para viver, [o ser humano] precisa, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (MARX e ENGELS, 2007, p.33).

Dizer que o ser humano precisa *produzir* para manter-se – alimentar-se, habitar etc., enfim, manter-se *vivo*, *reproduzir-se* – significa afirmar que a *atividade produtiva* constitui algo *ineliminável* do próprio processo de manutenção da humanidade. Dito de outro modo: a atividade produtiva é o *fator absoluto* de todo o processo de produção e reprodução da vida humana, e “absoluto porque o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva” (MÉSZÁROS, 2006, p.79).

Mas toda e qualquer atividade produtiva só se pode materializar *a partir* de algo e *por meio* de algo. A primeira parte desta assertiva é muito claramente encaminhada por Marx nos

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

3

seguintes termos: “o homem *vive* da natureza” (MARX, 2004, p.84) – o que não é outra coisa senão que a natureza é exatamente aquilo a partir do quê a atividade produtiva se pode tornar realidade.

Todavia, Marx acrescenta que, além de viver da natureza, o ser humano “é uma parte da natureza” (MARX, 2004, p.84). Tal afirmação traz consigo que, exatamente em função de ser “uma parte da natureza”, o ser humano “é imediatamente um *ser natural*” (MARX, 2004, p.127).

Entretanto, ao mesmo tempo em que é “imediatamente um ser natural”, o ser humano “não é apenas um ser natural, mas ser natural *humano*” (MARX, 2004, p.128), e deste modo, “a natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado” (MARX, 2004, p.128).

Consequentemente, o ser natural *humano* tem de fazer adequados – isto é, *humanos* – os objetos de suas necessidades, tem de *transformar* a natureza por meio de sua *atividade produtiva*, tem de *humanizá-la* por meio de seu *trabalho*. E assim é resolvida a segunda parte da asserção anteriormente formulada.

É, então, exatamente por meio de sua atividade produtiva, por meio do trabalho, que o ser humano – que é “uma parte da natureza” – afasta-se de sua condição imediatamente animal e faz da própria natureza uma extensão de seu corpo, tornando-a assim cada vez mais humana, cada vez mais social.

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX, 2004, p.84).

Isto que Marx chama de natureza como “corpo *inorgânico*” do ser humano, muito além de significar *somente* aquilo que é imediatamente dado pela natureza, significa algo inerentemente histórico e material: isto é, o trabalhador, por meio do trabalho, “faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural” (MARX, 1971a, p.203). Ou ainda, conforme a explicação de Mészáros, o “corpo *inorgânico*” do ser humano é a “natureza

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

4

trabalhada’ e a capacidade produtiva externalizada” (MÉSZÁROS, 2006, p.80), isto é, “a expressão concreta e a materialização de uma fase e uma estrutura historicamente dadas da atividade produtiva, na forma de seus produtos, dos bens materiais às obras de arte” (MÉSZÁROS, 2006, p.80).

Entretanto, mesmo e por mais que deixe de ser imediatamente um ser natural, “o ser social – em seu conjunto e em cada um de seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica” (LUKÁCS, 1979, p.17), o que significa que “não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem” (LUKÁCS, 1979, p.17).

Deste modo, temos que

o homem deve ser descrito pensando-se em termos de suas necessidades e poderes. E ambos estão igualmente sujeitos a modificações e desenvolvimento. Em consequência, não pode haver nada de fixo em relação a ele, exceto o que se segue necessariamente de sua determinação como ser natural, ou seja, o fato de que ele é um ser com *necessidades* – de outro modo não poderia ser chamado de ser natural – e *poderes* para satisfazê-las, sem os quais um ser natural não poderia sobreviver (MÉSZÁROS, 2006, p.152).

É exatamente o *trabalho* este “poder” humano por excelência – “poderes essenciais do homem são as características e poderes especificamente humanos, isto é, aqueles que distinguem o homem das outras partes da natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p.145) – e

o denominador comum de todos esses poderes humanos é a *socialidade*¹. Mesmo os nossos cinco sentidos não são simplesmente parte de nossa herança animal. São desenvolvidos e refinados humanamente como resultado de processos e atividades sociais (MÉSZÁROS, 2006, p.145).

Mas esta *distinção* entre ser humano e natureza, que ocorre por meio do trabalho, configura um processo mais amplo e complexo do que pode à primeira vista parecer. Tomemos as palavras de Marx.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas,

¹ *Socialidade*, em Mészáros, tem o mesmo sentido da *essência humana* marxiana. “A essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX e ENGELS, 2007, p.534, grifos meus).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

5

cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. *Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais* (MARX, 1971a, p.202, grifos meus).

Exatamente em função disso, Lukács afirma que “o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho” (LUKÁCS, 1979, p.16) – ou que “com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo, no plano ontológico, a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham” (LUKÁCS, 2007, p.230).

Ou, segundo as palavras de Mészáros:

a produção [a atividade produtiva] é também uma forma de *consumo social* no curso da qual o homem é “consumido” como simples indivíduo (os poderes dados a ele pela natureza) e reproduzido como *indivíduo social*, com todos os poderes que lhe permitem empenhar-se numa forma *humana* de produção e consumo (MÉSZÁROS, 2006, p.187).

Mas como é possível algo ser, ao mesmo tempo, início e sucessão, fundação e continuidade? Ou como pode ser o trabalho aquilo que inaugura e que dá sequência ao ser humano?

Inicialmente, o processo de trabalho é a unidade entre trabalho e natureza, processo este que resulta num objeto – “natureza e trabalho, meio e fim produzem, pois, desta forma, algo em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao fim, o produto do trabalho” (LUKÁCS, 2004, p.71).

Findo então este processo, o ser humano se depara com algo não mais imediatamente dado pela natureza, mas algo transformado pelo trabalho, algo *humanizado*. Ou seja: ao final do processo de trabalho o trabalhador se defronta com o *resultado* de sua ação; com a natureza feita *humana*; consigo próprio na forma de objeto; com sua *subjetividade objetivada*.

É por isso que, conforme a afirmação marxiana, “tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto” (MARX, 2004, p.128), “o que vale dizer, eu sou afetado por esse objeto, ou, em outras palavras, estou de alguma maneira específica sujeito a ele” (MÉSZÁROS, 2006, p.155).

Mas Lukács afirma ainda que, “com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como *resposta* que busca solucionar o carecimento que a provoca” (LUKÁCS, 2007,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

6

p.229). Isto significa, de modo mais imediato, que é a ordem daquilo para o quê a “resposta” se faz necessária que aponta os rumos que o trabalho deve tomar. Ou, para utilizarmos termos mais amplos: a finalidade da atividade laborativa já está posta, *inicial e idealmente*, pelo “carecimento que a provoca”.

É este processo que Lukács chama de “posição teleológica”, ou “pôr teleológico” do trabalho, na medida em que “essencial ao trabalho é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente” (LUKÁCS, 2007, p.232). Tomemos a clássica passagem marxiana que sustenta toda esta formulação acerca do caráter teleológico do trabalho²:

o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. *No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.* Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1971a, p.202, grifos meus).

Assim, “com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado humano através do trabalho, como um ser que dá *respostas*” (LUKÁCS, 2007, p.229, grifos meus). Mas o ser humano “torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele *generaliza*, transformando em *perguntas* seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los” (LUKÁCS, 2007, p.229, grifos meus).

Ser “afetado” pelo objeto do trabalho, ou estar “de alguma maneira específica sujeito a ele”, significa que o próprio resultado do processo de trabalho pode *suscitar*, no ser humano que trabalhou, no trabalhador, uma série de novas *generalizações*, a partir das quais novas *perguntas* poderão ser formuladas. Tais perguntas podem gerar novos *carecimentos* – cada vez mais *humanos* e, por isso mesmo, cada vez menos imediatamente naturais – que, por sua

² Entretanto, “decisivo aqui é compreender que se está diante de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe o todo em movimento é certamente de origem teleológica, mas a existência *real* delas – e não importa se permaneceram isoladas ou foram inseridas num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter *teleológico*” (LUKÁCS, 2007, p.230, grifos meus).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

7

vez, podem engendrar novas *respostas*, isto é, novos e cada vez mais complexos processos de *trabalho*.

Mas, para que a posição de finalidade – o pôr teleológico – do trabalho se realize, é absolutamente necessário que o conhecimento de determinadas relações de causa e efeito presentes na natureza tenha atingido já um nível adequado. Deste modo, a observação, a *pesquisa* da natureza, é absolutamente indispensável à realização de qualquer trabalho, sem o que aquilo antes concebido idealmente não se pode concretizar³. E daqui depreende-se algo muito importante:

as representações ideais que estão na base das hipóteses cósmicas, físicas etc., estão codeterminadas – geralmente, de maneira inconsciente – pelas representações ontológicas da cotidianidade correspondente; representações que, por sua vez, se encontram intimamente relacionadas com as experiências, os métodos, os resultados de trabalho em cada oportunidade (LUKÁCS, 2004, p.78).

Assim, as generalizações feitas a partir das experiências do trabalho trazem em si a gênese da ciência, ou ainda, “a estrutura da produção científica é basicamente a mesma da atividade produtiva fundamental em geral (principalmente porque as duas se fundem em grande medida)” (MÉSZÁROS, 2006, p.98).

Daqui temos também que “as atividades e necessidades humanas de tipo ‘espiritual’ têm, assim, sua base ontológica última na esfera da produção material como expressões específicas de intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas” (MÉSZÁROS, 2006, p.79), na medida em que “a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais” (MARX e ENGELS, 2007, p.40).

Por conseguinte, só é possível que haja *humanidade* por intermédio de um processo de abstração social a partir do caráter inerentemente histórico dos resultados dos trabalhos acumulados e relacionados. Processo este que, obviamente, tem seu início exatamente nos

³ De acordo com Lukács, “a posição de fim se origina em uma necessidade sociohumana; mas, a fim de que se eleve a uma posição autêntica de fim, a investigação dos meios (isto é, o conhecimento da natureza) deve ter alcançado um determinado nível, de acordo com esses meios; se tal nível não foi alcançado ainda, a posição de fim se mantém como um projeto meramente utópico, uma espécie de sonho, como, por exemplo, foi o vôo desde Ícaro até Leonardo, e durante muito tempo depois deste” (LUKÁCS, 2004, p.73).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

8

processos de generalização individuais – sem o quê todos os avanços e aquisições individuais se perderiam ao final da vida daquele ser humano que os elaborou.

Ou seja, é exatamente *o acúmulo sócio-histórico dos avanços do trabalho*, tanto em suas formas mais imediatamente materiais quanto nas mais complexas e abstratas manifestações *espirituais* – da arte à filosofia – que constitui o *cerne* de todo o *processo formativo, educacional* da humanidade.

É então exatamente em função destas características constitutivas do complexo do trabalho – tanto como aquilo que desencadeia o processo de humanização (“o animal tornado humano através do trabalho” lukacsiano), como aquilo que garante e assegura a continuidade e complexificação deste processo, por meio da transmissão de suas aquisições históricas – que o processo formativo, *educacional*, do ser social não pode do trabalho ser separado: ou seja, a categoria *educação* está *ontologicamente* ligada à categoria *trabalho*.

Entretanto, ponto de vista *histórico*, também não é possível conceber *trabalho sem educação*, pois, como bem sabemos, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, *legadas e transmitidas pelo passado*” (MARX, 1969, p.17, grifos meus).

Torna-se, então, mais adequadamente mediada a afirmação segundo a qual o trabalho “é ao mesmo tempo a *causa* da crescente complexidade da sociedade humana criando novas necessidades ao mesmo tempo em que satisfaz outras mais antigas (...) e o *meio* de afirmar a supremacia do homem (...) sobre a natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p.99-100).

Isto fica ainda mais evidente se tomarmos que “o animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*” (MARX, 2004, p.84) – o que não é outra coisa senão que o animal é imediatamente um com sua espécie, ou seja, sua essência coincide com sua individualidade – ao passo que o ser humano

faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico” (MARX, 2004, p.84)⁴.

⁴ De acordo com Marx, “o homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

9

Assim, em virtude de que “a mera individualidade exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, *sociais* – de auto-realização” (MÉSZÁROS, 2006, p.80), o ser humano pode ser considerado, então,

o único ser que pode ter uma tal “consciência da espécie” – tanto subjetivamente, em sua percepção consciente da espécie a que pertence, como nas formas objetivadas dessa “consciência da espécie”, da indústria e às instituições e às obras de arte – e assim ele é o único “ser genérico” (MÉSZÁROS, 2006, p.80).

Obviamente, a característica de “ser genérico” – ou a genericidade – do ser humano é algo de que só se pode ter consciência em sociedade, isto é, de modo inerentemente *social*.

Assim, o trabalho se configura como “o *mediador* na ‘relação sujeito-objeto’ entre homem e natureza. Um mediador que permite ao homem conduzir um modo *humano* de existência, assegurando que ele não recaia de volta na natureza, que não se dissolva no ‘objeto’” (MÉSZÁROS, 2006, p.79). Ou, para tomarmos uma passagem clássica:

pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida (...). Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX e ENGELS, 2007, p.87).

Isto equivale a dizer que o ser humano só se pode constituir a partir de uma espécie de *salto* qualitativo, possibilitado exatamente pela atividade produtiva, ou que só pode superar o mero epifenômeno natural da reprodução biológica imediata pelo *salto ontológico* do trabalho. Tomemos as palavras de Lukács:

as formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza. O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico (LUKÁCS, 1979, p.17).

é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser universal, [e] por isso livre” (MARX, 2004, p.83-4). Ou, segundo as palavras de Mészáros, um ser genérico é “um ser que tem consciência da espécie a que pertence, ou, dito de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade” (MÉSZÁROS, 2006, p.80).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

10

Em outra passagem, o autor complementa:

entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se de qualquer modo um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente “deduzida” da forma mais simples (LUKÁCS, 2007, p.227).

Para melhor compreendermos a maneira pela qual o trabalho configura este salto ontológico, temos de recorrer novamente à pena lukacsiana:

todas as demais categorias desta forma de ser [o ser social] já possuem, de acordo com sua essência, um caráter puramente social. Suas propriedades, seus modos de influência, somente se desenvolvem dentro do ser social já constituído; por mais primitiva que seja sua forma de aparição, esta pressupõe o salto como um feito já consumado. Somente o trabalho possui, de acordo com sua essência ontológica, um caráter expressamente transicional: é, segundo sua essência, uma interrelação entre o homem (sociedade) e a natureza e, certamente tanto com a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como com a orgânica (...), mas antes de tudo caracteriza, no próprio homem que trabalha, a transição do meramente biológico ao social” (LUKÁCS, 2004, p.58).

Este “salto ontológico” deve-se, então, exatamente a este caráter “transicional” do trabalho – isto é, ao fato de ser o trabalho uma *categoria intermediária* entre o ser biológico e o ser social. O que não é outra coisa senão que o trabalho é o elemento ontologicamente fundante do ser *humano*, e que, precisamente por conta disso, converte-se – conforme a bela síntese lukacsiana – na “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser” (LUKÁCS, 2007, p.228).

Neste sentido, é possível considerarmos que

o conceito de atividade (trabalho) é logicamente (e historicamente) *anterior* ao conceito de homem. Mas essa prioridade é, evidentemente, relativa, pois todos os três membros dessa relação dialética [ser humano, natureza e trabalho] pertencem ao mesmo todo complexo, e nenhum deles pode ser abstraído sem destruir essa relação específica como tal (MÉSZÁROS, 2006, p.117).

Em síntese, então, temos que, pelo ato de trabalho o ser humano se humaniza; ou seja: a natureza (ou uma parte *específica* dela) transcende a si própria por meio do ato laborativo. Esta realização humana é aquilo que Marx chama – também de modo bastante complexo – “o movimento *concebido e sabido* do seu *vir a ser*” (MARX, 2004, p.105), ou “ato de gênese que

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

11

se supra-sume (*sich alfhhebender Entstehungsakt*)” (MARX, 2004, p.128), e que Mészáros chama – de modo não menos complexo – de “autoconstituição automediadoramente natural’ ou ‘naturalmente automediadora’ do homem” (MÉSZÁROS, 2006, p.175).

Se o trabalho caracteriza, então, este “salto ontológico do meramente biológico ao social”, um aspecto central deste processo é que, ao então trabalhar para satisfazer suas necessidades, o ser humano cria necessariamente uma complexa série de necessidades sociais (não imediatamente biológicas), igualmente necessárias à sua reprodução.

De acordo com Mészáros, o ser humano

só pode satisfazer essas necessidades primitivas criando *necessariamente*, no curso de sua satisfação por meio da sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades *não-físicas*, que se tornam assim condições igualmente necessárias à satisfação de suas necessidades físicas originais (MÉSZÁROS, 2006, p.79).

O primeiro ato genuinamente *humano* é, então – e precisamente – a criação da primeira necessidade *nova*. Nas palavras de Marx e Engels:

o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2007, p.33).

A partir daí temos que mesmo aquela necessidade humana de origem mais biológica, mais animal, mais imediata, já não pode ser satisfeita com objetos imediatamente dados pela natureza, o que significa que já não mais é possível satisfazer um ser já não mais imediatamente natural com objetos imediatamente naturais. Ou, para usarmos termos mais amplos: não existe necessidade humana *natural*, *original*, por mais bruta – ou embrutecida – que possa ser; essa necessidade humana é sempre *humana*, sempre *histórica*, sempre *social*.

Tomemos a conhecida passagem marxiana: “a fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes” (MARX, 2008, p.248).

Uma leitura apressada oporia uma fome *humana* a uma fome *bruta*, *animal*. Todavia, a sequência da citação é bastante esclarecedora a este respeito: “a produção não produz, pois,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

12

unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores” (MARX, 2008, p.248)⁵.

Daqui temos que mesmo as necessidades humanas mais primárias – a fome, por exemplo – são necessidades *humanas*. Isto é, *tanto* “a fome que se satisfaz com carne” cozida, garfo, faca etc., *quanto* a “que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes”, são *inerentemente históricas*.

Aqui salta ao primeiro plano a relação que se estabelece entre aspectos históricos e aspectos estruturais no interior do método marxiano, expressos na unidade da categoria *trabalho*. Ao mesmo tempo em que é o ato fundante do ser humano, o *trabalho* é, em suas diversas manifestações concretas, aquilo que assegura a continuidade do cada vez mais complexo processo de humanização.

Mas “as ações humanas não são inteligíveis fora de sua moldura sócio-histórica” (MÉSZÁROS, 2006, p.111). Isto significa que, mesmo uma categoria que possui validade diacrônica, estrutural, extensiva, horizontal, como *trabalho* só se pode materializar praticamente a partir de laços materiais concretos, históricos.

Daqui temos que é impossível a adequada apreensão do conceito marxiano de *trabalho* fora de sua totalidade dialética, ou seja, se não forem levadas em conta as múltiplas mediações específicas, e suas também múltiplas relações com o complexo maior do qual são partes constitutivas.

Na acepção marxiana – e também na de Mézáros –, o trabalho é o elemento constitutivo do ser tornado humano e de sua socialidade – isto é, do conjunto de suas relações sociais – e não um determinante econômico rígido, do qual tudo deriva mecanicamente. Assim, a esfera da economia – ou a atividade produtiva – funciona como *momento predominante (übergreifendes Moment)*, ou, para dizer a mesma coisa de modo diverso,

se esta [a esfera da economia] é o “determinante último”, é também um “determinante determinado”: ela não existe fora do complexo sempre concreto e historicamente mutável de mediações concretas, inclusive as mais “espirituais” (MÉSZÁROS 2006, p.109).

⁵ Recordemo-nos aqui que “a produção [a atividade produtiva] é também uma forma de *consumo social* no curso da qual o homem é ‘consumido’ como simples indivíduo (os poderes dados a ele pela natureza) e reproduzido como *indivíduo social*, com todos os poderes que lhe permitem empenhar-se numa forma *humana* de produção e consumo” (MÉSZÁROS, 2006, p.187), conforme citado anteriormente.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

13

Assim o trabalho, o mediador da relação entre ser humano e natureza, tanto em seu aspecto estrutural quanto em suas formas históricas, tanto como elemento fundante quanto como processo de continuidade e complexificação, tanto em sua profundidade analítica quanto em suas manifestações práticas, numa palavra, trabalho em seu sentido *ontológico*, é aquilo que Mészáros chama de conjunto ou sistema de *mediações primárias* ou *mediações de primeira ordem*.

Somente a partir de uma apreensão ampla do trabalho como o mediador da relação entre ser humano e natureza – tanto em seu aspecto estrutural quanto em suas formas históricas, tanto como elemento fundante quanto como processo de continuidade e complexificação, tanto em sua profundidade analítica quanto em suas manifestações práticas, numa palavra, trabalho em seu sentido *ontológico* – é que podemos compreender as razões pelas quais este configura tanto a causa, quanto o meio e o fim do processo histórico-social do ser humano: *causa* da diferenciação entre ser humano e natureza, *meio* de constante humanização do ser social e *fim*, ou finalidade em si do próprio processo humano, uma vez que o ser social, em virtude do longo processo histórico já trilhado, não mais produz para assegurar sua condição animal, mas sim para, uma vez assegurada esta sobrevivência, desenvolver-se livre, isto é, humanamente. E aqui evidencia-se novamente porque, *historicamente*, não se pode conceber *trabalho sem educação*.

Se nos recordarmos que a própria atividade humana surge como “resposta”, nos depararemos com o fato de que toda atividade humana, todo trabalho, todo pôr teleológico, necessariamente configura uma escolha entre alternativas – inicialmente derivadas do fato (talvez até óbvio) de “que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não” (LUKÁCS, 2007, p.231).

Porém, à medida que se complexifica a práxis social, se complexifica o nível sócio-histórico do trabalho, e com isso, conseqüentemente, também se complexificam as alternativas dentre as quais os seres sociais têm de escolher a fim de satisfazer determinados “carecimentos” – que se tornam também cada vez mais complexos, cada vez mais humanos.

Portanto, “em um sentido determinado, poderia falar-se aqui, pois, do núcleo ontológico da liberdade” (LUKÁCS, 2004, p.96), pois,

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

14

a liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom concedido a partir do alto e nem sequer uma parte integrante – de origem misteriosa – do ser humano. É o produto da própria atividade humana, a qual (...) termina por ter consequências que ampliam, de modo objetivo e contínuo, o espaço no qual a liberdade se torna possível” (LUKÁCS, 2007, p.241).

Portanto, o *trabalho* é exatamente aquilo que garante a reprodução social diária e imediata e também aquilo que torna possível ao ser humano – ao conjunto dos seres humanos – dedicar-se a atividades que possibilitem uma existência cada vez mais *plena*, na medida em que é exatamente por intermédio dos acúmulos sócio-históricos das realizações e aquisições dos processos de trabalho, cerne de todo o processo formativo humano – o que significa que cada nova geração não precisa redescobrir o fogo, ou reinventar a roda –, que torna possível que os seres humanos, a partir de assegurada a supressão das necessidades básicas, possam conduzir sua existência de modo cada vez mais (pelo menos potencialmente) *livre, humano*.

Estas são as razões de o trabalho ser o *fundamento* da relação que se estabelece entre aquilo que Marx chamou de o *Reino da Necessidade* e o *Reino da Liberdade*⁶, na medida em que o

desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano *histórico-mundial*) é um pressuposto prático [da emancipação humana], absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a *carestia*, as lutas pelos gêneros necessários recomençariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer (MARX e ENGELS, 2007, p.33).

Ou seja, se “a efetiva riqueza espiritual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais” (MARX e ENGELS, 2007, p.40) – conforme citado anteriormente –, temos então que “a *atividade produtiva*, imposta ao homem pela necessidade natural, como

⁶ “De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolve-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 1971b, p.942).

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

15

condição fundamental da sobrevivência e do desenvolvimento humanos, torna-se assim *idêntica à plenitude humana, isto é, à realização da liberdade humana*” (MÉSZÁROS, 2006, p.153, grifos meus).

Isto precisamente porque a liberdade humana não é uma liberdade supostamente absoluta, tampouco é a negação da necessidade humana de trabalhar – necessidade esta derivada de sua condição natural (como uma “parte específica” da natureza) –, mas, ao contrário disso, é a *afirmação* do trabalho, pois, com efeito, somente “quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital” (MARX, 2012, p. 31), é que os seres humanos serão efetivamente “postos em contato prático com a produção (incluindo a produção espiritual) do mundo inteiro e [estarão] em condições de adquirir a capacidade de fruição dessa multifacetada produção de toda a terra (criação dos próprios homens)” (MARX e ENGELS, 2007, p.40).

REFERÊNCIAS

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.225-245.

_____. *Ontología del ser social: el trabajo*. Trad. Antonino Infranca e Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

16

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro I, vol. I, 1971a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro III, vol. VI, 1971b.

_____. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.